ESPAÇO SOCIALISTA

No. 93- Setembro de 2016
Contribuição: R$ 2,00

Organização Marxista Revolucionária

Movimento de Organização Socialista

Barrar os ataques da patronal e derrotar Temer nas lutas

Capital, genocídio indígena e agronegócio no Mato Grosso do Sul

Depois da Olimpíada: impacto ou legado?

O impacto da reforma da previdência para os professores

Formação: Ditadura do proletariado
Sérgio Lessa

A ofensiva mundial do capital e a desvalorização da força de trabalho

Barrar os ataques da patronal e derrotar Temer nas lutas

Retirada de direitos e demissões

A lista dos ataques do governo Temer contra a classe trabalhadora e a serviço dos empresários é longa: redução dos gastos públicos, dentre elas, conta com as reformas trabalhista e da previdência e a lista de privatizações, com a venda de ativos da Petrobrás, dos correios, e de outras empresas.

Preparadas por Temer e sua equipe econômica (ligada ao mercado financeiro), essas medidas visam melhorar as condições para a lucratividade do capital. Ou seja, segue-se a mesma lógica: retirar direitos sociais e trabalhistas para aumentar os lucros dos diversos setores do capital.

Pela reforma trabalhista quer retirar o mínimo de proteção que a CLT garante aos trabalhadores. A principal proposta é o negociado prevalecer sobre o legislado, ou seja, direitos garantidos por lei, como o 13º salário e as férias, podem ser "renegociados" entre empresas e sindicatos. Perde-se a garantia dos direitos já conquistados.

Como a maioria das categorias são dirigidas por pelegos e tem pouco nível de organização, abre-se uma brecha enorme para esses direitos serem rifados.

A reforma da previdência é um conjunto de medidas, desde obstáculos para a concessão de benefícios previdenciários (como a aposentadoria por invalidez e auxílio-doença) até a reforma na Constituição Federal, que impõe idade mínima para se aposentar para os celetistas (hoje não existe essa exigência) e aumenta a idade de aposentadoria para o funcionalismo público (hoje é de 55 anos para mulher e de 60 para o homem). Há várias propostas no governo: uma delas é de que a idade mínima seja de 70 anos para homens e 65 para mulheres.

Outra medida– já em andamento no congresso- é a redução dos gastos públicos, com o congelamento salarial do funcionalismo público e até mesmo o fim da estabilidade para os concursados. Essa medida significa menos investimentos em educação, saúde, transportes públicos, etc. No jornal 92 essas medidas estão mais detalhadas.

Privatizações. Correios, Petrobras, Casa da moeda e empresas do setor elétrico, são algumas das empresas que estão na mira do governo Temer para entrega à iniciativa privada.

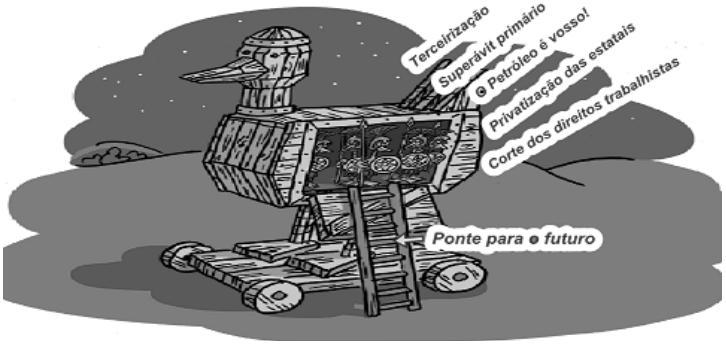
A Petrobras (a maior parte das ações mais rentáveis já estão nas mãos de particulares e especuladores) colocou à venda 51% das ações com direito a voto da "BR distribuidora", uma das subsidiárias da Petrobrás que atua em várias áreas como a química, asfalto, postos de gasolina, setores estratégicos até para a soberania nacional.

Já nos correios, o processo passa por uma reestruturação da empresa (deixando de fazer contratação, aumentando a sobrecarga de trabalho para os que ficam), visando "equilibrar" as contas e vender as áreas mais lucrativas como a de, entrega de encomendas e de logística.

Já o desemprego, pelos dados oficiais, no primeiro semestre o desemprego chegou aos 11,6 milhões e uma taxa nacional de 11,7%. Na região metropolitana de Salvador chega a quase 25%, no Distrito Federal 19% e em São Paulo a 17%.

Na realidade este problema é bem maior, pois os critérios utilizados minimizam os números, já que não são contabilizados os subempregados, os que fazem bico, os camelôs e até os que desistiram de procurar emprego.

Os números altos devem continuar, agravados pelos investimentos realizados por vários setores em maquinário e tecnologia (diminuindo a necessidade de trabalho humano) e a continuidade da crise econômica.



Resistir

A luta pela proteção e a garantia ao emprego coloca-se como uma das mais importantes no momento.

As empresas têm se utilizado da pressão que o desemprego significa e pressionado para, por exemplo, em troca da manutenção do emprego, forçar a retirada dos direitos como abrir mão o do reajuste na data-base, banco de horas e outros.

Barrar essas reformas é fundamental. Mas sem a organização dos trabalhadores por local de trabalho e bairro será muito difícil alcançarmos alguma vitória. Ao mesmo tempo ao, lutarmos contra essas reformas, há uma questão importante, procurar superar as lutas imediatas e econômicas. Na luta contra o desemprego, por exemplo, é preciso agregar as reivindicações de redução da jornada de trabalho, como forma de que tod@s tenham emprego bem como, diante do discurso de crise das empresas, exigir que se abram seus livros de contabilidade.

É preciso lutar contra os ataques sempre pautado na combinação entre as lutas imediatas e a luta pelo rompimento com o capital, colocando a alternativa socialista no horizonte.

16 de agosto: poderia ter sido maior

Frente a tantos ataques, a necessidade de uma reação organizada da classe trabalhadora é imensa. E a classe tem resistido como pode, ainda que muitas vezes sem poder contar com as direções sindicais.

Pressionadas pela base, as centrais sindicais organizaram o 16 de agosto, "dia nacional de mobilização e paralisação".

Foi uma dia de luta importante. Aconteceram paralisações parciais em categorias importantes como metalúrgicos de São Paulo, Osasco, ABC, petroleiros, Funcionalismo público, metalúrgicos de SJC, entre outras. Em São Paulo o ato reuniu cerca de 4 mil

em frente a Fiesp, sendo muitos deles trabalhadores.

Mas, poderia ter sido bem melhor se não fosse a indisposição dessas direções que se limitaram a paralisações parciais e atos de ruas só nas capitais.

Outra questão importante é a necessidade de seguir com a luta. E pela unidade da burguesia em torno desses ataques orquestrados por Temer, a luta terá que ser muito maior e mais organizada.

Nesse sentido, está na ordem do dia unir todas as categorias, o movimento social e o movimento estudantil na preparação a de uma Greve Geral para enfrentar os ataques e derrotar Temer e seus planos de austeridade nas lutas.

E na preparação é fundamental que se inclua a base, com reuniões, plenárias e assembleias nos locais de trabalho e nas categorias.

Petroleiros, bancários e trabalhadores dos Correios: uma luta de todos

Neste semestre, teremos categorias nacionais em luta. Em campanha salarial e contra privatizações (Petrobras e Correios). A realidade aponta para a necessidade de unificação da luta dessas categorias**.**

A unificação, além de fortalecer essas categorias, poderá dar força para derrotar as reformas trabalhista e previdenciária, pois a força dos três setores paralisados é imensa. Isso significa, por exemplo, marcar a mesma data para iniciar as greves.

Outra questão é a necessidade de construir uma rede de apoio e solidariedade a essas lutas, pois a vitória delas é a vitória de toda a classe trabalhadora contra a retirada de direitos, para barrar as demissões e os ataques dos governos e patrões.

Derrotar Temer sim, mas nas lutas!

Primeiramente, precisamos ter como pressuposto que bradar a bandeira do Fora Temer sem construir efetivamente lutas por sua derrota concreta não responde aos problemas reais de nossa classe. Ao passo que não há alternativa de classe construída capaz de se colocar no campo político em condições de disputa real com as alternativas de poder patronais, o Fora pelo Fora implicaria concretamente na substituição de Temer por outra peça do xadrez da burguesia.

A nova peça, sem um embate real do conjunto dos trabalhadores contra a agenda burguesa de ataques, iria cumprir a mesma função de Temer, servir à patronal na aplicação dos ataques aos trabalhadores. Politicamente a classe não edificou alternativas.

Sem admiti-lo, podemos incorrer em sérios erros nas prioridades que escolhemos. Apesar disso, Temer, como expressão que é da classe proprietária e aplicador dos ataques, precisa ser derrotado sim. Mas precisamos derrotá-lo de fato, nas lutas.

A patronal de conjunto se encontra mundialmente fortalecida e encontra espaço para avançar na retirada dos direitos.

O maior desafio dos trabalhadores no próximo período é barrar a ofensiva patronal contra os direitos por todo o globo. O que dará a medida do enfrentamento que temos que fazer ao governo Temer portanto não será uma luta genérica por sua derrubada, mas sim a força social da classe mobilizada no enfrentamento concreto e diário das medidas patronais que Temer aplica e aprofundará, ou seja, um embate de classe. A medida do sucesso da derrota de Temer se dará nas lutas, a cada vitória concreta da nossa classe contra a classe dominante.

Plenárias de Base e um Encontro Nacional de Lutadores

Para fazer frente à desorganização e neutralização dos movimentos dos trabalhadores em que apostam as direções pelegas, precisamos de formas organizativas para unificar nossas lutas pela base.

Cada enfrentamento isolado que encampamos duramente nos locais de trabalho contra as chefias, no movimento popular, contra as prefeituras e governos, nos locais de estudo, contra os diretores e reitores autoritários, contra os cortes dos governos e os aumentos de mensalidades dos empresários da educação, cada luta das mulheres contra a violência machista do cotidiano contra as trabalhadoras, cada luta das LGBTs contra a discriminação, as agressões e assassinatos nas ruas, cada luta dos trabalhadores negros contra o genocídio, a violência racista e por reparação precisa ser unificada e ter referência nos setores socialistas do movimento.

Para isso, precisamos construir plenárias de base que unifiquem essas lutas e nos levem a um encontro nacional de lutadores para barrar os ataques da patronal, construindo uma grande greve geral e também debater o socialismo.

Impactos ou legados? megaeventos como cavalo de tróia de políticas neoliberais

O maior evento mundial de mídia acaba de ser realizado na já muito badalada cidade do Rio de Janeiro. Assim, o Rio de Janeiro acolheu os maiores eventos esportivos em menos de 10 anos, sendo todos com sede na cidade maravilhosa: Pan-americanos, Copa, Olimpíada e, o próximo, a Paraolimpíada.

Remetendo aos Jogos de Montreal, em 1976, que só foram inteiramente pagos em 2011, imaginamos como o Rio de Janeiro irá pagar tudo isso.

Ainda mais que já é uma cidade com enormes déficits sociais, cujos índices – no saneamento básico, mobilidade urbana e infraestrutura de transportes, habitação, empregabilidade, saúde e Educação públicas, poluição das águas, segurança e violência policial e não policial mais a segregação territorial – são indicativos de uma sociedade extremamente desigual, tanto nos aspectos sociais, raciais e de gênero.

Obviamente o uso político dos esportes não é novo, Leon Trotsky já dizia em 1938:

"...um dispositivo para desmoralizar os trabalhadores. Toda a energia revolucionária foi gasta em esportes. Foi cultivada pelos britânicos, a mais inteligente das nações capitalistas. Os esportes devem estar nas mãos dos

sindicatos como parte da educação revolucionária. Mas uma boa parte da juventude e das mulheres que não são ricos o suficiente para estas coisas."

A honra nacional já anunciou excessos, depois de ameaçada pela monotemática futebolística. Nacionalismo exagerado que se autodeprecia nas derrotas ou que humilha os adversários nas vitórias não tem nada de saudável. Já há muito se confunde direito à nacionalidade com supremacia nacional. E os jogos que declaradamente pretendiam ser uma apoteose da paz acabaram sendo uma extensão das rivalidades políticas e econômicas. Não foi assim quando eliminaram equipes russas, numa reedição da Guerra-fria?

Há de tudo nesses jogos. A ingenuidade do torcedor que só quer entretenimento e emoção é apenas um dos modos de consumo. As pessoas se dirigiram ou dirigem à Cidade da exceção com sonhos que podem se tornar pesadelos estão em trabalho informal, geralmente desempregadas, compõem a taxa de desemprego que aumenta devido à crise econômica.

O papel do governo e do poder judiciário

Porém, o governo não está interessado, só tem olhos para a festa. Não interessa se as pessoas desempregadas estão vendendo nas ruas apenas para sobreviver. Ao contrário, até isso que poderia ser uma chance de sobrevivência está sendo tirado.

E assim, a repressão tem se abatido sobre vendedores de água e biscoito. Os governantes querem que quem se beneficie sejam os donos dos grandes hotéis, multinacionais, fábricas de cerveja, ou seja, os que já se beneficiam com a crise.

Com a diminuição do valor do salário e a alta da inflação, muitos que ainda conseguiam morar em comunidades pacificadas encontram a guerra ao tráfico. Uma guerra que aumenta a lucratividade da burguesia ilegal, protegida, pela própria polícia, da concorrência de outros traficantes. No entanto, ameaça a vida dos moradores que em outros casos são removidos por conta das obras de reestruturação urbana para os megaeventos, como na Vila Autódromo.

Por exigência dos empreendedores neocomunitários dos megaeventos o secretário manda a PM entrar atirando nas áreas "pacificadas", o que gerou o aumento da violência e tem provocando uma guerra local nas comunidades mais precarizadas.

Recentemente uma mulher veio do interior ao Rio para ir numa lucrativa clínica clandestina de aborto e lá encontrou a morte. Enquanto isso, a cidade é lobotomizada por moralistas internacionais financiados por empreendimentos religiosos.

Também é uma cidade que lucra com a prostituição, tráfico de drogas e corrupção política.

E tudo acobertado pela ditadura do Judiciário em ação para obstruir a liberdade de imprensa, afinal há bons motivos para isso pois enquanto era feita a reestruturação da cidade acontecia a reforma do prédio do Tribunal de Justiça pela Delta Engenharia (subsidiária da Odebrecht).

A construção, conversão e reconstrução de equipamentos esportivos, da reestruturação dos espaços da linha verde olímpica têm como objetivos nítidos a especulação imobiliária e a elitização territorial. A intenção era uma destruição ainda maior, que foi impedida em parte pelas manifestações de junho 2013. Esse meganegócio, no entanto, não é pauta de investigação.

Uma escola construída pela Andrade Gutierrez, na época da Frente Brasil Popular, foi abandonada após as eleições de 2010 e os governantes de então, sequer, foram arrolados na Lava-Jato.

Além disso, os fundamentalistas, que já eram isentos de impostos, e as empresas que obtiveram isenção fiscal por conta da invasão da cidade pela FIFA e COI se uniram para alterar toda a legislação. E assim, se beneficiar, proteger e impedir até mesmo denúncias contra os seus abusos.

Por conta dessas alterações, simplesmente, tentam acuar todos os sindicatos e as manifestações populares com restrições, repressão violenta, prisões, processos e ameaças em que se utilizam até da Lei Antiterrorismo. Essa lei assim como os megaeventos esportivos são, igualmente, uma herança da Frente Brasil Popular.

Os Megaeventos, se dizem na propaganda, catalizadores e promotores de vantagens imateriais, entretanto, o que se viu foi um estado em calamidade pública oficialmente declarada.

Como disse o sociólogo alemão Volker Eick, os megaeventos esportivos nada mais são Cavalos de Tróia de políticas neoliberais. A descrição do famoso poema, José, do poeta Carlos Drummond de Andrade, mostra os questionamentos do dia seguinte:

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

Capital, genocídio e agronegócio no Mato Grosso do Sul

Rafael Rossi - Profº UFMS

Desenvolvimento capitalista e agricultura no Brasil

O genocídio indígena em nosso país não é exclusivo da atualidade. À época da chegada dos portugueses, estima-se que haviam entre 3 a 4 milhões de indígenas e, hoje, são algo em torno de 300 a 400 mil habitantes. Boa parte dos fatores históricos que se relacionam a essa chacina se referem à maneira como a agricultura, historicamente no Brasil, obedeceu às demandas de cada momento da reprodução do capital em escala internacional. Desse modo, para entendermos a barbárie que ocorre não só com os indígenas em Mato Grosso do Sul, mas, em todo território nacional com a classe trabalhadora, devemos associar esta discussão à gênese do agronegócio e

sua vinculação com o capital.

O agronegócio não é apenas uma "técnica" de agricultura ou um "modelo". Trata-se da dinâmica mais propícia para garantir na atualidade as necessidades de reprodução do capital na agricultura.

Quando falamos em agronegócio é preciso associá-lo, sempre, à 1) concentração de terra e renda; 2) concentração de poder político parlamentar; 3) alto nível de mecanização das lavouras com intensivo uso de agrotóxicos (venenos); 4) concentração de poder ideológico.

Não é por um acaso qualquer que a intelectualidade burguesa aponta o agronegócio como "o" único "modelo de desenvolvimento" agrário possível, já que esse corresponde plenamente à ordem societária vigente. Vejamos isso mais de perto: o Brasil, desde 2008, é o maior consumidor de agrotóxicos em escala global, inclusive, vários deles são proibidos em todo o mundo e, aqui, comercializados e utilizados nas plantações livremente. Em média, cada brasileiro consome por ano 8 litros de agrotóxicos presentes na água, nos alimentos e até no ar que respiramos.

Não é falta de conhecimentos técnicos ou científicos que justifica esse alto índice de consumo de venenos em nossas vidas. Ao contrário, durante a maior parte da história da humanidade os homens desenvolveram a prática da agricultura sem utilizar uma gota de veneno e, ainda hoje, isto é mais possível do que nunca.

O que ocorre é que a ciência e a tecnologia estão intimamente articuladas às relações sociais de produção. Toda sociedade necessita transformar a natureza para produzir as condições materiais da existência social. Pois bem, as relações sociais de produção são justamente as relações sociais que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza.

No capitalismo, tais relações sociais de produção estão baseadas na extração da mais-valia. Isto quer dizer que tais relações sociais de produção possuem em sua essência uma estrutura baseada na desigualdade real a partir da forma concreta do trabalho assalariado.

O capitalismo é o modo de produção historicamente construído mais favorável ao desenvolvimento incontrolável – nos dizeres de Mészáros – do capital. Com efeito, a ciência e a tecnologia serão determinadas pelas relações sociais de produção capitalistas e elas irão desenvolver suas funções para atender ao capital.

Essa é uma discussão abandonada na maioria das análises que defendem a agroecologia, por exemplo. Querem, seus defensores, uma "agricultura saudável, sustentável e justa" em prol da "soberania alimentar" etc., todavia, acreditam ser possível fazer isso dentro da sociabilidade capitalista e, portanto, sem romper com o trabalho assalariado, com o Estado e com a exploração capitalista. O que estas análises se equivocam é imputar uma autonomia absoluta da ciência e da tecnologia frente às relações sociais de produção capitalistas, quando na verdade, esta autonomia é sempre relativa, isto é, trata-se de uma autonomia em razão do campo delineado pelo próprio capital.

As raízes históricas do agronegócio se relacionam àquilo que se convencionou chamar de "revolução verde". Resumidamente, podemos dizer que a revolução verde foi o processo pelo qual o capital fez com que o uso extensivo de agrotóxicos e da agricultura passassem a atender uma lógica cada vez mais intensa e extensa de produzir para o mercado internacional.

Esse processo contou, em nosso caso, com da ditadura militar e teve como consequência a perseguição e o assassinato de trabalhadores rurais que se organizavam em movimentos camponeses de luta pela terra. Um contingente populacional enorme não teve como se manter em suas terras e foram expulsos do campo tendo que se submeter a trabalhos informais e vender sua força de trabalho nas cidades. Foi isso que se denominou pelo eufemismo de "êxodo rural".

Agronegócio: um modelo a serviço do genocídio indígena

Sem a intervenção direta do Estado o agronegócio jamais poderia ter adquirido tamanha força material e ideológica como ocorre em nossos dias. O resultado é uma crescente destruição ecológica e de milhões de vidas humanas. Anualmente, no Brasil, 400.000 mil pessoas são contaminadas por agrotóxicos e 4.000 chegam a óbito.

Em relação ao Mato Grosso do Sul, as regiões com maior nível de concentração da propriedade da terra são o pantanal e centro-sul do estado. Justamente nessa última está localizada a maior concentração de reservas indígenas e de assentamentos rurais e, dessa forma, também é uma das regiões com maior genocídio dos indígenas e de trabalhadores rurais por jagunços dos latifundiários.

De acordo com dados levantados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI – ao menos 500 indígenas foram assassinados na última década e durante os governos de Lula e Dilma houve o menor número de demarcações de terras. Desde 2006 em torno de 50 indígenas são mortos por ano em todo o país e a maioria ocorre em MS, sendo o estado que registrou a maior violência em todo o país.

São dois processos que ocorrem ao mesmo tempo e articulados pela mesma necessidade de reprodução do capital em nosso momento e contexto histórico. Em primeiro lugar temos cada vez menos terras indígenas sendo demarcadas, com um aumento do assassinato e do suicídio de suas populações. Em 2013, ainda de acordo com dados do CIMI, 73 indígenas se suicidaram, sendo a maioria do povo Guarani-Kaiowá entre 15 e 30 anos de idade. Em segundo lugar, a bancada ruralista financiada pelo agronegócio faz avançar as legislações necessárias para aumentar o consumo de agrotóxicos, aumentar a destruição ecológica com avanço dos diversos cultivos em áreas que, até então, eram consideradas de preservação permanente e, além de tudo isso, a apropriação ilegal – por meio de grilagem de terras, principalmente – de vastas extensões territoriais por grandes

multinacionais internacionais que se apropriam, inclusive, das reservas de água disponíveis no estado.

Um dado alarmante que mostra o nível da barbárie que o capital opera em Mato Grosso do Sul através do agronegócio: a área total desse estado é de pouco mais de 35 milhões de hectares. Os Guarani-Kaiowás ocupam algo ao redor de 35 mil hectares do estado. De acordo com dados do CIMI, as terras reivindicadas pelos indígenas totalizam algo perto de 900 mil hectares, portanto, menos de 2,5% do território de Mato Grosso do Sul.

A conclusão não poderia ser outra: sob a lógica do capital sempre haverá mais terras para pasto para atender as necessidades da pecuária desenvolvida pelas classes dominantes do que terras para famílias de trabalhadores ou de indígenas criarem seus filhos.

O genocídio das populações indígenas não será resolvido por movimentos sociais, sindicais ou ONG´s que apenas intentam a criação de políticas públicas e mais recursos para os pequenos agricultores, numa clara postura reformista que acredita na "ampliação democrática do Estado".

A luta socialista, também aqui, precisa estar orientada pela superação total do capital, do Estado, da propriedade privada e das classes sociais. É preciso repetir incansavelmente que: "*Abandonado o horizonte comunista, todos os gatos tornam-se pardos*" (S. Lessa).

Informações disponíveis em:

BOAS, K. V. Mato Grosso do Sul concentra mais de 60% dos assassinatos de indígenas do Brasil. 2016. Disponível em: http://migre.me/uN1kq. Acesso: ago. 2016.

CÉZAR, J. Agrotóxicos contaminam 400 mil pessoas por ano no Brasil. 2013. Disponível em http://migre.me/uN1qA. Último acesso: ago. 2016.

MST. Dez empresas são donas de 73% das sementes de todo o mundo. 2014. Disponível em: http://migre.me/uN1ug. Acesso em: ago. 2016.

MULLER, I. Ao menos 50 indígenas são assassinados ao ano no Brasil, mostram dados do CIMI. 2013. Disponível em: http://migre.me/uN254. Acesso: ago. 2016.

Os impactos da reforma da previdência na categoria de professores do ensino básico

Os Professores do ensino básico público brasileiro expostos cotidianamente a condições de trabalho adversas, cumprindo jornadas de trabalho exaustivas e, no caso das mulheres, com duplas ou triplas jornadas se deparam agora com mais um brutal ataque as suas aposentadorias.

Quase cotidianamente sai na mídia as possíveis mudanças na Previdência Social. Essa Reforma já estava prevista praticamente nos mesmos termos pelo governo Dilma, que acenava com cláusulas de transição para viabilizar sua aprovação com menor confronto dos movimentos sociais.

Temer dá continuidade e amplia os efeitos dessa Reforma atingindo a todos de imediato. Os objetivos são: unificar (para pior) as regras dos sistemas de previdência pública e privada; aumentar o tempo de contribuição e de idade de aposentadorias, sendo 62 ou 63 anos para as mulheres e 65 para os homens; no caso dos professores do ensino público, ampliar as suas contribuições previdenciárias de 11% para 14% de seus salários e acabar com a aposentadoria especial.

As mulheres, o funcionalismo público e, em especial, a categoria de professores, serão diretamente afetados caso se concretize o que se pretende com a 3ª Reforma da Previdência.

Alega-se um rombo na Previdência, um déficit que se aprofunda a cada ano, o fato de a população brasileira estar envelhecendo e, combinado a isso tudo, adicionam a redução da taxa de natalidade.

Os argumentos para a reforma da previdência não se sustentam

As justificativas para uma nova Reforma da Previdência são argumentos que não se sustentam. Comecemos pelo o suposto rombo da Previdência.

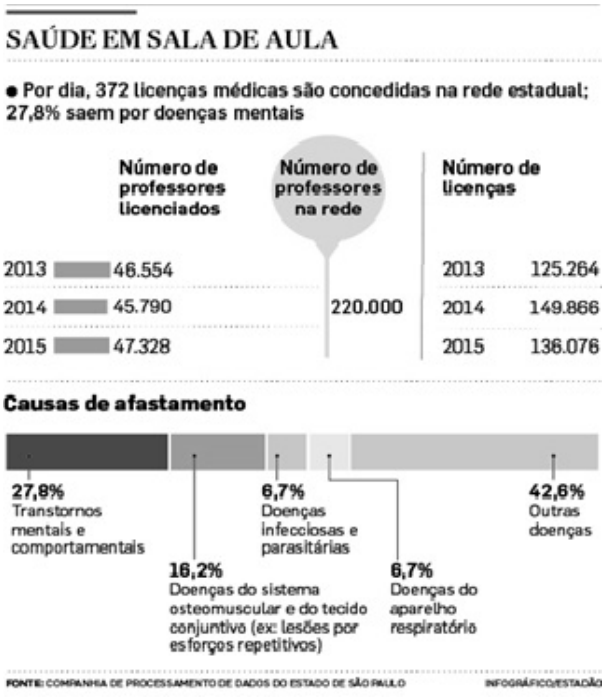
De acordo com a Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal, a Previdência Social é parte integrante da Seguridade Social que é composta por um tripé formado pela Saúde, Assistência Social e Previdência.

De acordo com essa associação, a Previdência Social em 2010 teve um superávit de R$ 58 bilhões, e, nos últimos 5 anos de R$ 100 bilhões em cada ano. Ainda, segundo a Associação dos Auditores da Receita, as contribuições dos trabalhadores vão para a Seguridade Social e não exclusivamente para a Previdência (veja na íntegra em: http://migre.me/uNelf).

Querem que trabalhemos até a morte

Pelos novos cálculos de aposentadoria, teremos que trabalhar até a morte para termos direito de se aposentar. Marcelo Caetano, secretário da Previdência Social, escolhido por Henrique Meirelles para comandar a reforma previdenciária sempre cita como exemplo positivo a reforma feita na Grécia, que adotou a idade mínima de 67 anos para a aposentadoria, 12 anos a mais do que temos no Brasil hoje.

Além disso, defende o fim da aposentadoria baseada na quantidade de anos trabalhados, o fim da idade



diferenciada para as mulheres se aposentarem e a interrupção de reajuste para os aposentados com base no salário mínimo. Já recebeu representantes dos grupos financeiros J.P. Morgan, Santander, Gap Asset Management e banco BBM, o que mostra o interesse desses grupos nas aposentadorias dos brasileiros *(*Veja *Revista do Brasil, 21/08/2016).*

Em 31/07/2016, Padilha, ministro da Casa Civil, um dos responsáveis pela elaboração de propostas para a Reforma da Previdência, apresentou a Temer as propostas em defende que quem tem até 50 anos deverão ser os mais afetados pelas mudanças mais drásticas da Reforma. Quem está acima dessa faixa etária deverá cumprir um pedágio, ou seja, uma regra de transição com um período adicional de 50% a mais sobre o tempo que falta para se aposentar.

Para quem tem mais de 50 anos e falte apenas 04 anos para se aposentar serão acrescidos 50%, ou seja, mais 02 anos totalizando 06 anos.

Países, como a Alemanha, que têm essa idade mínima para a aposentadoria (67 anos), os jovens trabalhadores começam a trabalhar entre 20 e 25 anos de idade, sendo alguns deles até próximo dos 30 anos, após concluírem um curso universitário. Realidade bem diversa da nossa, onde começamos a trabalhar na adolescência, sendo alguns de nós na infância.

Também a média de idade, além da qualidade de vida, desses países em que os trabalhadores se aposentam após os 67 anos, de acordo com o último levantamento da OMS, estão muito acima da nossa.

Vejam: Japão: 83,7 anos de média; Suíça: 83,4 anos; Cingapura: 83,1; Austrália e Espanha: 82,8; Itália: 82,7; Islândia: 82,7; Israel: 82,5; França: 82,4; Suécia: 82,4 e Coreia do Sul: 82,3.

No Brasil, a média de idade é de 75 anos, sendo menor nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, a expectativa de vida dos trabalhadores é menor do que a média geral do país que envolve também a classe média e a burguesia que têm expectativas de vida mais altas e jogam a média para cima.

A realidade dos professores no Brasil

Pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) entre 2011 e 2012, divulgada em 2014, envolvendo os estados do Espirito do Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Distrito Federal mostra as Secretarias de Educação como o órgão com maior percentual de servidores públicos afastados no Distrito Federal e em Santa Catarina, enquanto que no Rio Grande do Sul a Educação aparece como a área com o terceiro maior índice de afastamento. *(*Veja: *Agência Brasil 15/10/15).*

Dados publicados, pelo jornal *O Estado de São Paulo* a partir das estatísticas oficiais do governo do estado de São Paulo, apresentam 372 licenças médicas de professores por dia sendo que, em 2015, foram cerca de 136 mil afastamentos médicos. De um universo de 220 mil docentes da rede o equivalente a 21,8%, ou seja, 48 mil, estiveram em licença médica pelo menos uma vez. Sendo as principais causas de afastamento o transtorno mental e comportamental, responsáveis por 27,8% dos casos (*O Estado de S. Paulo,* 24 março 2016). Ainda nessa publicação, temos os seguintes pareceres:

"É uma categoria que precisa lidar com uma demanda grande de trabalho e muitas vezes trabalha em mais de uma escola. Precisam procurar dois empregos para ter aumento de renda e assim sustentar a família", avalia Claudia Roberta Moreno, especialista em psicologia do trabalho da Universidade de São Paulo (USP). A desilusão em relação aos resultados do trabalho também compromete a saúde. "Há um sentimento de impotência, de perseguir uma meta que nunca é alcançada", afirma Aparecida Néri Souza, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

De acordo com a pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e coordenada no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), publicada em 2014, o professor típico brasileiro é mulher (71%), tem 39 anos de idade. O que mostra que nós professores estaremos entre os mais afetados pela Reforma da Previdência.

Os professores brasileiros estão entre os que passam o maior número de horas por semana ensinando: 25 horas semanais, 6 horas a mais do que a média dos países da Talis. Essa realidade dos professores reduz e muito a média de idade dessa categoria.

Se hoje com as regras atuais os professores do ensino básico usufruem muito pouco de suas aposentadorias, imaginem com as novas mudanças?

Não podemos trabalhar até a morte! Para reverter isso pensamos ser necessário:

* Unificar as Lutas Educacionais com uma Campanha Em Defesa da Educação Pública!
* Unificar os professores das redes de ensino público – municipais, estaduais e outras – e demais trabalhadores contra a Reforma da Previdência!

A ditadura do proletariado

Sérgio Lessa

Para Marx e Engels a ditadura do proletariado é uma decorrência da própria dinâmica revolucionária, não uma questão de princípio como é a superação da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica (patriarcalismo).

A Revolução Francesa (1789-1815) e a Comuna de Paris (1871) eram os dois exemplos históricos que Marx e Engels tinham para pensar a questão da transição do capitalismo ao comunismo. Os outros levantes revolucionários que conheceram, incluindo as Revoluções de 1848, não chegaram ao ponto da tomada de poder pelos revolucionários (burgueses, como no caso da Revolução Francesa, ou dos trabalhadores, como

quando da Comuna).

Na Revolução Francesa, a queda da Bastilha abriu a primeira grande fase da revolução. Ao longo de pouco mais de 3 anos, os camponeses realizaram uma reforma agrária negra isto é, sem ser "por meio do Estado" (Marx, *Da questão judaica*), mas pela iniciativa revolucionária das massas camponesas, destruindo, com isto, o fundamental da base econômica do que restava de feudalismo na França. Nas cidades, a crise econômica e política forçou a constituição de dois grandes campos. De um lado, grosso modo, o Rei, a nobreza, parte importante da burguesia e da burocracia estatal, aliam-se com a Inglaterra e com as potências europeias, ainda "feudais", para conter o ímpeto revolucionário das massas e manter os privilégios dos proprietários e rentistas. De outro lado, os camponeses, os assalariados dos mais variados tipos, os artesãos, os pequenos comerciantes e pequeno-burgueses, se unificaram ao redor de um programa que propunha um forte controle da economia pelo Estado, de modo a propiciar uma distribuição de renda e, ainda, formar um poderoso exército para derrotar a contrarrevolução no interior da França e, também, na Europa. O grande partido do primeiro campo era o dos Girondinos, o grande, do segundo, era o dos Jacobinos (Robespierre, Marat, Danton e Herbert eram seus líderes).

Os Girondinos e os partidários do Rei não derrotaram a revolução graças à ação decisiva dos Jacobinos. Depois de uma inacreditável vitória na Batalha de Valmy, os trabalhadores, liderados pelos Jacobinos, guilhotinaram a família real, criaram o Comitê de Salvação Pública, impuseram um tabelamento de preços para impedir a especulação com os alimentos e produtos de primeira necessidade, implantaram um salário mínimo e combateram sem trégua a contrarrevolução. E, para realizar tudo isso, instituíram a Convenção, uma assembleia democrática, eleita pela base, que deliberava por maioria simples sobre todas as questões.

Este foi o período em que as classes proprietárias mais temeram a força dos "de baixo", foi o período em que a população explorada teve melhores condições para enfrentar os poderosos: não por acaso, este período é conhecido, na historiografia, como o Terror. Foi o Terror das classes dominantes, mas o período de maior liberdade e maior força dos explorados no confronto com os poderosos.

A inexistência de uma classe proletária (a industrialização ainda dava seus primeiríssimos passos na França) fez com que os Jacobinos não tivessem a força histórica para continuar avançando a revolução através da destruição das forças contrarrevolucionárias. Foram, então, derrotados em 1795 e o poder dos poderosos foi sendo restabelecido até que, com Napoleão Bonaparte, a partir de 1799, a burguesia consolidou seu poder.

Guardem na memória o exemplo dos Jacobinos e da Convenção e vamos à Comuna de Paris.

A Comuna ocorreu em uma situação histórica muito distinta. Vários países europeus já estavam industrializados, a França inclusive. Com a derrota francesa na Guerra Franco-prussiana (1871) e impulsionados pela crise econômica, os trabalhadores em Paris se levantaram e tomaram o poder. Organizaram um novo governo, a Comuna, para resistir à contrarrevolução das classes proprietárias francesas, agora apoiadas pelo Estado prussiano.

A Comuna se caracterizou por uma forte repressão política e militar aos seus inimigos realizada por um Estado com características antes nunca vistas. Os representantes da população, que se reuniam em uma assembleia denominada Comuna, eram eleitos por suas bases e removíveis a qualquer instante. Não havia divisão entre o executivo, o legislativo e o judiciário: as decisões eram tomadas pela Comuna e, ela própria, nomeava os encarregados pela aplicação das decisões. Nenhum representante eleito recebia mais do que o salário de um trabalhador e deveria haver rotatividade. O exército e a polícia foram substituídos pelas milícias, a população em armas.

Foi, sem dúvida, o Estado mais democrático e em que os trabalhadores tiveram mais liberdade e, com mais sucesso, puderam se contrapor aos burgueses – de toda a história da humanidade até então. Nunca, até a Comuna, houvera outro Estado que representasse tão integralmente os interesses dos explorados. Por isso mesmo, foi violento e inclemente com seus inimigos de classe.

O que um caso tem a ver com o outro?

Em ambos os casos, a maior liberdade dos explorados contra seus exploradores apenas foi possível pela repressão mais dura das classes proprietárias.

Isto, se pensarmos bem, não é qualquer contradição: a maior liberdade da burguesia apenas é possível em uma situação histórica em que os trabalhadores são mantidos "disciplinados" pela repressão mais efetiva. E o oposto também é correto: os trabalhadores apenas podem aumentar sua liberdade pela repressão aos burgueses. Com uma nova e decisiva qualidade: é uma violência que impõe os interesses da maioria sobre a minoritária porção parasitária da sociedade e, não o oposto, como é regra nas sociedades de classe.

Em poucas palavras, em uma sociedade de classes, o domínio de uma classe é sua liberdade possível e implica, correspondentemente, na opressão da outra classe. Quando os dominantes estão no poder, são os trabalhadores que são alvo da violência; quando estes tomam o poder, são os poderosos que são oprimidos.

O Terror jacobino foi o máximo de liberdade que os trabalhadores tiveram

no contexto da Revolução Francesa; a Comuna, o máximo de liberdade que os trabalhadores jamais tiveram na França burguesa. A condição primeira para a existência desta liberdade foi o confronto implacável com os seus inimigos de classe: o Terror jacobino e a repressão pela Comuna dos burgueses e seus aliados.

Contudo, é decisivo: esta é ainda uma liberdade muito limitada, pois é uma liberdade de uma classe contra a de outra. É uma liberdade que se afirma na luta contra uma parte da humanidade e que, também por isso, apenas pode ocorrer por "meio do Estado" (Marx, *A questão judaica*).

A verdadeira liberdade vem com a superação da sociedade de classes pelo comunismo, no qual o desenvolvimento de cada indivíduo é condição indispensável para o desenvolvimento de toda a humanidade, no qual a liberdade de cada um é imprescindível à liberdade de todos. Portanto, para Marx e para Engels, a liberdade efetiva requer a superação da própria ditadura do proletariado pela destruição das classes.

O comunismo pressupõe a superação do Estado, e não um Estado revolucionário. Este é apenas uma etapa de transição, necessariamente breve, fugaz e efêmera. Esta forma transitória de poder político revolucionário é a ditadura do proletariado.

A ditadura do proletariado

A ditadura do proletariado é apenas a sistematização da experiência histórica. Tomar o poder político, apenas, não é suficiente: é preciso, em seguida, derrotar a contrarrevolução pela dura e implacável repressão das classes proprietárias. O que requer um Estado que seja a constituição em poder político do poder nas ruas da maioria dos explorados contra os exploradores: liberdade para os trabalhadores empregarem a totalidade de sua potência histórica contra os opressores.

Vejam: Marx e Engels tiraram das experiências revolucionárias que conheceram a constatação de que, se não houver, na sequência da tomada do poder pelo proletariado, um Estado que sirva de instrumento de opressão das antigas classes dominantes e de libertação dos proletários e trabalhadores, a contrarrevolução inevitavelmente retornará ao poder e enterrará a tentativa revolucionária. Daqui a conclusão de que sem uma Ditadura do Proletariado, não haveria transição possível ao comunismo (uma sociedade sem classes, sem Estado, sem família monogâmica e sem exploração do ser humano pelo ser humano, lembremos).

Por que *Ditadura* do Proletariado? Porque, na teoria revolucionária, não há lugar para hipocrisias. É a ditadura da maioria sobre a minoria, o terror das classes dominantes que é a liberdade dos oprimidos. Por isso *ditadura*. Por que Ditadura do *Proletariado*? Por que a classe revolucionária é o proletariado e, não, os assalariados em geral, os trabalhadores em geral (como já vimos no Jornal Espaço Socialista nº 77).

Originalmente, portanto, a Ditadura do Proletariado tinha um sentido e um conteúdo bem precisos. Era a organização do proletariado em classe dominante, um Estado, portanto, com a finalidade de reprimir e destruir as forças contrarrevolucionárias e, desta forma, avançar na destruição das classes sociais, da exploração do homem pelo homem, da família monogâmica e, portanto, para a superação do próprio Estado. Marx define, por isso, a Ditadura do Proletariado como um Estado em processo de desaparecimento: apenas serve para organizar a derrota das tentativas de retorno ao poder dos exploradores. Não tem outra serventia e, por isso, deverá desaparecer com a vitória completa dos proletários e seus aliados sobre a contrarrevolução.

O imprescindível à transição: o trabalho associado

De modo similar a como a derrota da velha nobreza francesa teve lugar com a destruição de sua base econômica, a antiga propriedade feudal, pela reforma agrária negra do início da Revolução Francesa, a burguesia apenas será derrotada se sua base econômica, o trabalho assalariado, o trabalho abstrato, for também destruída.

Esta superação só é possível por uma estrutura produtiva verdadeiramente livre. Isto é, na qual ninguém seja explorado e ninguém trabalhe oprimido: todos decidirão coletivamente, conscientemente e livremente o quê e o como a ser produzido. Os próprios trabalhadores organizarão a produção: em assembleias locais, regionais e internacionais (veja: a divisão da humanidade em países será coisa do passado), articularão a produção de cada unidade produtiva singular à totalidade da economia do planeta, estabelecerão as condições mais humanas possíveis para o trabalho e, desta forma, colocarão, no lugar do trabalho proletário, o trabalho associado.

O trabalho associado é a forma do trabalho no qual os seres humanos (coletiva, consciente e livremente, repetimos) decidem o quê, o como produzir, como organizarão a jornada de trabalho, como será feita a distribuição do produzido e assim sucessivamente. Os inúmeros problemas práticos que irão surgir serão resolvidos um a um, na medida em que forem surgindo, tendo em vista, por um lado: 1) que a forte redução da jornada de trabalho criará novas possibilidades para resolver questões desta ordem; e 2) que reorganizar a produção nesse sentido fará parte integrante da luta contra a contrarrevolução. Trabalhar menos e derrotar as velhas classes dominantes faz parte de um mesmo e único processo. O ímpeto revolucionário das massas e dos proletários abrirá, então, novas possibilidades para o encaminhamento prático das questões que hoje, no horizonte burguês, parecem impossíveis de serem enfrentadas.

A primeira consequência prática desta nova organização, *já no dia seguinte à tomada do poder*, é a redução da jornada de trabalho.

A transição ao trabalho associado, contudo, apenas pode ocorrer em uma situação de abundância. Esta, no modo de produção capitalista, sabemos (ver Jornal Espaço Socialista nº 87) significa desemprego, as crises cíclicas do passado e, em nossos dias, a crise estrutural. Correspondentemente, sem a abundância, esta transição sequer pode se iniciar. É ela, a abundância,

a base histórica imprescindível para que a ditadura do proletariado possa resultar na superação do capitalismo pela substituição do trabalho proletário pelo trabalho associado; da substituição da produção ordenada pelo lucro pela produção voltada às necessidades humanas.

As revoluções e a ditadura do proletariado

Todas as revoluções no século XX foram derrotadas no preciso sentido de que não abriram a transição para além do capital (Jornal Espaço Socialista nº 79). Depois de Mészáros, sabemos a razão fundamental destas derrotas. As revoluções se restringiram aos países mais atrasados, não se generalizaram por todo o planeta, porque a crise estrutural ainda não havia se iniciado. Ao se restringirem aos países em que não havia abundância, a ditadura do proletariado se converteu, nestes processos revolucionários, não em um processo de superação do trabalho assalariado, mas justamente no seu oposto. Isto é, na substituição das formas pré-capitalistas de trabalho pelo assalariamento geral de todos os trabalhadores

E, olhando hoje, de frente para trás, isto era historicamente inevitável.

As revoluções do século XX romperam com o atraso ao eliminar as velhas classes proprietárias e impor a generalização do trabalho assalariado. Que isto tenha sido feito «através do Estado» (Marx, *A questão judaica*) é apenas consequência de as revoluções ocorrerem em países atrasados, nos quais não havia abundância: é expressão do atraso em que se encontravam estes países.

Do ponto de vista prático-imediato, uma vez tomado o poder, os revolucionários tiveram como tarefa essencial intensificar a jornada de trabalho, quer pelo aumento das horas trabalhadas, quer pelo aumento da intensidade do trabalho. A carência absoluta fazia com que fosse necessário que cada trabalhador produzisse mais e mais. Fazer os trabalhadores trabalharem mais horas e mais intensamente, partindo de uma base econômica pré-capitalista ou capitalista atrasada, apenas é possível pela imposição do trabalho assalariado, não pela sua superação pelo trabalho associado.

Fundamentalmente devido a isto, a ditadura do proletariado se converteu, nas revoluções do século XX, não em uma imprescindível, porém provisória, organização de um Estado de transição à liberdade, mas em uma organização permanente de um novo Estado com a função de substituir o trabalho pré-assalariado pelo trabalho assalariado. Como, hoje, do trabalho assalariado apenas pode emergir o capital, temos aqui o resultado final da ditadura do proletariado nestes processos revolucionários: serviram para integrar esses países ao sistema mundial do capital.

O equívoco

Do fato de as ditaduras do proletariado nas revoluções do século XX terem conduzido à opressão pelo capital, deduz-se apressadamente que o problema destes processos revolucionários estaria na ditadura do proletariado. Daí é apenas meio instante para se deduzir que a «proposta de Marx» de uma ditadura do proletariado apenas pode conduzir ao stalinismo ou, dependendo do autor, ao totalitarismo. Stálin se converte, por esse raciocínio lógico, contudo rigorosamente falso, na plena realização da proposta revolucionária de Marx e Engels. E, ironia da história, sobre isto concordam dos contrarrevolucionários mais radicais aos stalinistas mais autênticos: a ex-URSS seria o "socialismo real".

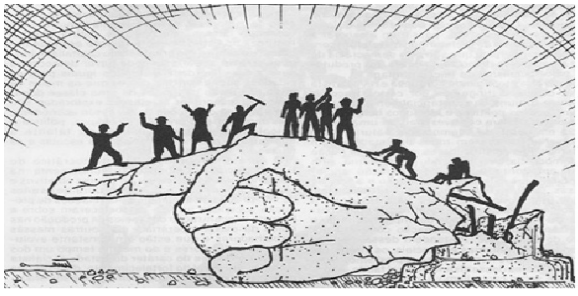
Nesta identificação da ditadura do proletariado pensada por Marx e Engels com o stalinismo, há dois equívocos fundamentais (além de vários secundários, a maior parte deles de cunho metodológico, que não podemos tratar aqui). O primeiro: a necessidade de um poder estatal revolucionário para derrotar a contrarrevolução não é uma «proposta» de Marx e Engels, mas uma decorrência do fato de que, a tomada do poder pelos revolucionários não é, ainda, o desaparecimento das classes proprietárias. A tomada do poder é imprescindível para se superar o trabalho proletário, mas não é sua superação imediata e direta. É isto que torna imprescindível a ditadura do proletariado (ou, ao menos, foi assim em todas as revoluções até hoje). A ditadura do proletariado é uma etapa que surge em todo processo revolucionário que avança ao ponto de os revolucionários tomarem o poder. E isto ocorre independente das nossas vontades, projetos ou «propostas»: faz parte das dinâmicas de todas as revoluções até hoje.

O segundo equívoco: as revoluções no século XX não abriram a transição ao socialismo e ao comunismo porque não tinham condições históricas para tanto. Não podiam iniciar a transição ao trabalho associado porque precisavam ampliar a exploração do trabalho ao invés de superá-la: a situação de carência impunha ferreamente esta condição. Sem a abundância dos países mais desenvolvidos, os países mais atrasados não puderam sequer iniciar a transição para além do capital e, sem a crise estrutural, as revoluções terminaram isoladas em países pré-capitalistas. Nestes, a tarefa histórica era o desenvolvimento das forças produtivas e, nos marcos nacionais − isolados dos países que vivem na abundância −, esta tarefa apenas é possível pela implantação do trabalho proletário e não pela sua superação; pelo desenvolvimento das relações de produção capitalistas, não pela sua superação pelas relações de produção comunistas.

Tomar a Ditadura do Proletariado como uma "proposta" de Marx e Engels e a converter na causa fundamental das derrotas revolucionárias no século XX é, no fundo, um erro idealista, pois substitui a história por um raciocínio que é falso, apesar de ser lógico.

Abaixo a Ditadura do Proletariado, viva a democracia proletária!

Essa palavra de ordem, com grande receptividade mesmo na esquerda, tem apenas um sentido real. Que, após a tomada do poder, os revolucionários



não devem organizar um poder centralizado e forte o suficiente para derrotar, pela força das armas, a contrarrevolução. Na boca dos liberais burgueses e pequeno-burgueses, nos lábios dos contrarrevolucionários, isto faz todo sentido. Mas, como discurso dos revolucionários, não vai além de um contrassenso. Não se estando disposto a derrotar até o final os setores parasitários da sociedade, para que se fazer uma revolução?

A Ditadura do Proletariado tem sido uma decorrência necessária da desigualdade e contraditoriedade de toda a revolução até os nossos dias. A tomada do poder pelos revolucionários não é, imediatamente, a derrota final das classes dominantes. Daí a necessidade da Ditadura do Proletariado. E, também daí, que a Ditadura do Proletariado apenas pode ser uma etapa transitória ao comunismo.

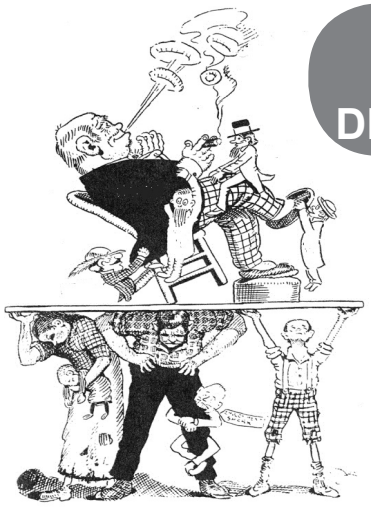
Neste período, a "democracia proletária" ou tem a forma e o conteúdo da ditadura do proletariado sobre os burgueses e seus aliados ou não poderá sequer existir. A liberdade dos oprimidos, a "democracia" para

os explorados é, necessariamente, a ditadura da maioria sobre a minoria, o exercício da implacável potência histórica do proletariado na destruição dos capitalistas. A ditadura do proletariado, no dia seguinte à tomada do poder pelos revolucionários, é a realização histórica, única possível, da "democracia proletária". Opor ditadura e democracia, aqui, é apenas um equívoco de fundo liberal (ver Jornal Espaço Socialista nº 92). Propor como bandeira revolucionária a palavra de ordem «abaixo a ditadura do proletariado» é, por isso, um grande equívoco que apenas auxilia a burguesia e seus ideólogos, independente da vontade e intenções das pessoas.

A principal corrente política e ideológica, no campo da esquerda, que adota esta palavra de ordem é a dos autonomistas. Seu ponto de partida fundamental é o cenário russo, pós 1917… mas isto já é o assunto para o próximo jornal.

Leituras recomendadas:

Imprescindível, de Marx, são *As lutas de classe na França* e a *Crítica aos Programas de Gotha e de Effurt*. De Lenin, *O Estado e a revolução* continua de grande importância, em que pese seu silêncio sobre o trabalho associado. Ivo Tonet e eu travamos um debate sobre a questão que foi publicado na Revista Novos Temas em dois artigos, "Trabalho associado e revolução proletária" e "Lukács, momento predominante e transição ao comunismo", que podem ser baixados em nossos *sites*. Para um bom exemplo da crítica burguesa à ditadura do proletariado, mas com uma roupagem de esquerda, ver de Claude Leffort *A invenção democrática* e, a Introdução a este texto, de autoria de Marilena Chauí. Para os dados históricos: A. Soboul, *A revolução francesa* e Ligarassay, *História da Comuna de 1871*.



A ofensiva mundial do capital e a desvalorização da força de trabalho

Hoje vivenciamos uma série de ataques do capital contra os direitos dos trabalhadores. Para todos os lados que olhamos (Alemanha, Espanha, Itália, Grécia, França, Canadá, etc.) há reformas trabalhistas sendo viabilizadas por governos comprometidos unicamente com os interesses da burguesia. É preciso refletir sobre o sentido mais profundo dessas reformas.

O que está ocorrendo atualmente é que para aumentar ou manter seus lucros, especialmente em tempos de crise, o capital promove uma grande pressão no sentido de rebaixar o valor da força de trabalho. E é isso que vem ocorrendo de forma bastante explicita desde a crise, ainda não superada, de 2008. E é sobre esse processo que gostaríamos de fazer algumas observações.

Nos últimos anos acompanhamos como o capital tem intensificado seus esforços para rebaixar o valor da força de trabalho empenhando-se em buscar meios de explorá-la sem oferecer, em retorno, o mínimo suficiente para sua reprodução. O trabalho torna-se, então, uma mercadoria supérflua. Há vários meios que o capital pode lançar mão para realizar esse objetivo.

Para começarmos podemos falar do desemprego. A existência de um enorme contingente de trabalhadores que não conseguem uma colocação no mercado de trabalho, ao contrário do que afirmam os ideólogos do capital, não é um problema passageiro que o capitalismo possa resolver. O chamado exército industrial de reserva além de aumentar a concorrência entre trabalhadores, desarticula e inibe os sindicatos e as lutas por melhores salários e condições de trabalho. Assim, o desemprego serve como meio de regular o mercado de trabalho (sempre garantido uma alta oferta) e, consequentemente, pressionar os salários para baixo. Serve, então, como forma de desvalorização da força de trabalho.

Outra maneira de desvalorização do trabalho é a elevação significativa do número de trabalhadores que vivem de forma tão precária que aceitam trabalhar recebendo menos do que o valor "real" de sua força de trabalho. Porém, como, historicamente, o capital conseguiu realizar a "superexploração"? Valendo-se de trabalhadores estrangeiros.

Uma economia desenvolvida

busca explorar trabalhadores de países mais pobres. Ou indo se instalar nestas regiões, ou trazendo os trabalhadores para seu território. Essa foi a essência de toda colonização desde o século XVI até os dias de hoje. Atualmente isso ocorre de maneira bem mais sofisticada do que no período Colonial, porém com idêntico caráter desumano. Basta olharmos o significado da tragédia da imigração na Europa.

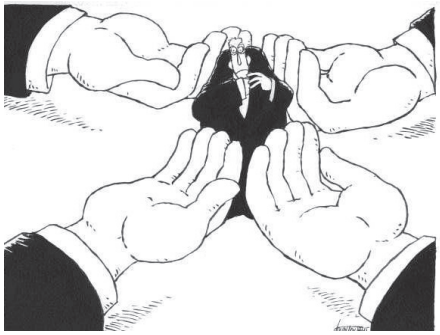
E nesse processo de desvalorização do trabalho o Estado e os diversos governos vêm cumprindo papel central. A constatação de que "o governo (qualquer que seja ele) não passa de um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa" revelou-se bastante atual.

No pós-guerra a necessidade do capital de se reerguer, depois de um perigoso conflito entre nações imperialistas, a escassez de trabalho, o fortalecimento dos organismos de luta da classe trabalhadora e a guerra fria obrigaram muitos governos, na administração dos interesses do capital, a fazer concessões que tinham como resultado uma importante valorização da força de trabalho.

Porém, a partir dos anos 1970 diante de uma nova conjuntura, de crise estrutural, essas concessões foram paulatinamente sendo eliminadas. E atualmente o que vemos é uma enorme ofensiva contra a classe trabalhadora para retirar os direitos sociais que ainda restam e rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho. Isso significa aumento da exploração do trabalho. Esse é o único meio que o capital possui para manter a taxa de lucro e, portanto, sua própria reprodução.

Em cada país e em cada luta, derrotar o capital

Em 2010 a Alemanha realizou sua Reforma Trabalhista. Facilitou as demissões, aumentou a idade para aposentadoria, reduziu o valor dos benefícios sociais, dentre outras medidas. O resultado foi que diminuiu o desemprego, mas rebaixou os salários a tal ponto que recentemente o governo alemão foi obrigado a estabelecer um mínimo. Além disso, a Alemanha é um dos países mais interessados em receber imigrantes. Não por humanidade, mas sim para



"integra-los" no mercado de trabalho recebendo menos que o mínimo estabelecido para os nativos.

Em 2012 foi a vez da Espanha. Aqui também a Reforma Trabalhista facilitou demissões, além disso reduziu benefícios aos desempregados e possibilitou demissões no setor público, tal como faria a Grécia mais tarde que demitiu 30% do quadro de funcionários. Na Espanha o resultado foi o mesmo da Alemanha. Um enorme contingente de trabalhadores desempregados que aceitaram trabalhar recebendo menos do que historicamente foi estabelecido como mínimo no país.

Este ano foi a vez da França. Mesmo com grande reação da população em geral, e dos jovens em particular, o governo atropelou o legislativo, manobrou e conseguiu aprovar na Assembleia Nacional a Reforma Trabalhista em 20 de julho deste ano. Em um dos piores ataques à classe trabalhadora os gerentes do capital estabeleceram a prevalência de acordos firmados por cada empresa com seus empregados sobre o código geral do trabalho e sobre os acordos coletivos, firmados entre sindicatos e empresas.

Além disso, também aqui, facilita-se a demissão, reduz-se o teto para pagamento de hora extra (de até 50% para 10%), libera as empresas para criar jornadas de trabalho "alternativas" com semanas de até 48h e jornadas diárias de até 12h e, ainda, deixa para a empresa o poder de determinar horários para que os trabalhadores se desliguem de aparelhos eletrônicos (smartphones, laptops, etc.) deixando o trabalhador disponível para o patrão praticamente o dia inteiro, ou quando está em casa!

E é bom ressaltar: tudo isso foi imposto pelo governo francês mesmo com inúmeras greves e gigantescas manifestações populares, talvez as maiores das últimas décadas na Europa.

Isso nos leva a duas questões: **a**) as reformas e medidas adotadas por governos na defesa dos interesses do capital não dependem simplesmente da vontade ou da personalidade de quem está à frente do poder executivo. São as próprias leis de funcionamento do capital que determinam estes ataques. Diante delas podemos apenas nos defender, mas nunca mudá-las; **b**) os limites das lutas parciais e de reivindicação por demandas imediatas: Ocorreram greves gerais, bem organizadas e executadas, os protestos, muitas vezes violentos, as centrais sindicais articuladas, a população disposta a brigar, juventude nas ruas, enfim, toda uma conjuntura favorável a uma vitória emblemática dos trabalhadores. Contudo, as principais reivindicações não poderiam ser atendidas no atual contexto da crise do sistema capitalista.

As leis próprias da ordem social do capital, citadas no item a), impediam qualquer possibilidade de atendimento de tais demandas. E tais leis não estão sujeitas a mudanças superficiais ou reformas.

Mas, se elas não podem ser controladas ou adaptadas aos interesses dos trabalhadores, elas podem ser destruídas. Isto porque são construções históricas, produto da ação dos homens. Assim, os homens não podem reformar o capitalismo, mas podem superá-lo e em seu lugar edificar uma nova ordem social que seja regida por novas leis de funcionamento. Porém, só há um caminho para destruir a estrutura de funcionamento do capital: a revolução. Ou seja, uma mudança nas estruturas mais profundas da sociedade, que signifique a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

Contatos

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1